

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº. 07/2024

LACIMAR CEZÁRIO DA SILVA

Relator desse Parecer

Tendo essa Comissão, recebido na data de 19/02/2024, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, *o Projeto de Lei oriundo do Executivo de n.º 5 de 30 de janeiro de 2024, de autoria do prefeito municipal Neider Moreira de Faria, registrado nesta Casa Legislativa com o n.º 07/2024, que “Autoriza repasse de recursos financeiros às entidades que menciona e dá outras providências.”* e, tendo avocado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O presente projeto visa a autorização a celebração de convênio, fixando critérios de aplicação dos recursos e da respectiva prestação de contas.

Vale ressaltar que os repasses financeiros se referem ao exercício de 2024, ficando limitados à quantia de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) anual, que será repassada a cada Associação e deverá ser aplicada na manutenção das Praças Esportes Municipais, administradas pelas respectivas entidades.

Ressalta-se ainda que, a Constituição Federal, insere o esporte e o lazer no rol dos direitos sociais, ou seja, direitos fundamentais do homem, caracterizando-os como verdadeiras liberdades reais e efetivas, de observância obrigatória em um Estado Democrático de Direito.

Portanto, no Município de Itaúna, é premissa desta Administração promover constante e crescente melhoria das condições sociais, e incentivar a prática desportiva, promovendo assim a igualdade entre os munícipes.

Neste sentido, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece os artigos 28 inciso I, alínea A e 40, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais

atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estando apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Alexandre Campos

Presidente

Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.

Sala das Comissões, em 20 de fevereiro de 2024.

Giordane Alberto Carvalho

Membro

Lacimar Cezário da Silva

Relator